

RESENHA – REVIEW - RESEÑA

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.

Em seu consistente livro sobre as relações raciais e a presença do movimento negro no Brasil (*O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*), Amílcar Araújo Pereira nos brinda com um amplo panorama desses temas, não sem antes fazer considerações gerais - tanto de caráter histórico quanto de natureza social - acerca do negro, sobretudo em situação diaspórica.

O autor começa lembrando que o movimento negro brasileiro percorreu um longo percurso, desde o século XIX, para que conquistasse projeção nacional e conseguisse fazer com que o racismo fosse reconhecido como um aspecto estruturante da sociedade brasileira, sobretudo por meio do combate ao mito da democracia racial na década de 1970. O autor se propõe, nesse sentido, analisar aspectos da história do movimento negro no Brasil contemporâneo (desde a década de 1970). Esse movimento - que, segundo ele, é um *movimento social* com particular atuação na questão racial - tem formação complexa e engloba uma série de entidades, organizações e indivíduos que "lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra" (p. 41), tornando tanto a *diversidade* quanto a *pluralidade* duas de suas características.

Nesse sentido, Amílcar Araújo Pereira começa por tratar da ideia moderna de raça, criação do pensamento científico europeu e norte-americano que surge em meados do século XVIII e se consolida na segunda metade do XIX, sendo combatida, contudo, já a partir do início do século XX. Assim, autores americanos (como W.E.B. Du Bois e Franz Boas) ou europeus (como Max Weber) preferiam enfatizar mais aspectos sociais e culturais do que raciais na constituição da sociedade, teorias fortalecidas, mais recentemente, pela ideia de que as fronteiras entre grupos são formalizadas não por meio de raças distintas, mas por meio de construções sociais (Frederik Barth, Stuart Hall). Foi justamente no rastro desse

ideário combativo que surgiram, em diversas partes do mundo, os movimentos negros.

Esse processo, contudo, não se fez sem muita luta: até o início do século XX predominavam as teorias raciais, que entendiam que as diferenças em geral eram resultado das desigualdades entre seres superiores e inferiores, sendo a cor da pele um elemento fundamental nessa distinção (na antiguidade, por exemplo, o entendimento era diferente: para a matriz grega, a diferenciação se daria pela cultura, instituindo a oposição entre civilizados e bárbaros; na matriz hebraica, a diferenciação se daria pela questão religiosa, instituindo a oposição entre povo escolhido e não escolhido). A diferenciação pela cor da pele passa a ganhar maior expressão nos trabalhos dos cientistas a partir de meados do século XVIII, como ocorre em Carlos Lineu (para quem o *afer niger* era preguiçoso, astuto, negligente etc.); em Georges Cuvier, continuador das teses de Lineu; Arthur de Gobineau, o grande idealizador e divulgador do racismo biológico, defendendo a hierarquia racial, a degenerescência resultante da mestiçagem etc.; Herbert Spencer, divulgador do darwinismo social e da superioridade da *raça branca*; entre outros. No Brasil, onde a questão racial torna-se central no debate sobre a constituição nacional, essas ideias (sobretudo aquelas em torno do darwinismo e da eugenia) predominaram, interferindo, inclusive, em políticas públicas adotadas pelo governo republicano (como é o caso da imigração) e instaurando, entre outras coisas, a ideia do branqueamento, que colocava, de um lado, os "otimistas" (aqueles que achavam que o país se tornaria branco com o passar do tempo): João Batista Lacerda, Sílvio Romero, Oliveira Viana; de outro lado, os "pessimistas" (que, inspirando-se em Gobineau, achavam que o país se degeneraria): Nina Rodrigues. Alguns autores, contudo, combatiam abertamente a ideia de constituição/desenvolvimento do país no rastro da questão racial, afirmando-se como precursores do pensamento antirracista no Brasil: Alberto Torres, Manoel Bonfim. Um nome importante em todo esse debate, e que vem trazer um elemento novo para a discussão, surge na década de 1930, respondendo às novas demandas de interpretação do país que se modernizava rapidamente e que não se adequava mais às obsoletas teorias raciais do século anterior: Gilberto Freire.

Dando, assim, uma roupagem científica à antiga utopia do paraíso racial, Gilberto Freire retoma a temática racial como base para a discussão da

nacionalidade brasileira e da identidade nacional, mas agora inspirado por Franz Boas, deslocando a discussão do conceito de raça para o de cultura. Contudo, embora valorizasse a mestiçagem como elemento positivo para a sociedade brasileira, sua teoria acabava, em consequência, reforçando a teoria do branqueamento, que, como padrão nacional, teria sido "premiado" com as contribuições de outras matrizes raciais não brancas e europeias. Além disso, sua célebre tese da *democracia racial* dificultaria a percepção das desigualdades raciais presentes em nossa sociedade, desigualdades que seriam sistematicamente denunciadas, a partir da década de 1950, pelo trabalho de Florestan Fernandes.

Tratando do movimento negro e da identidade racial no Brasil contemporâneo, Amílcar Araújo Pereira lembra que o combate à discriminação racial e a denúncia do mito da democracia racial não apenas se situam no contexto da busca de uma identidade negra positivada, mas também são características no movimento negro brasileiro contemporâneo. Essa configuração do movimento negro já vinha sendo construída desde o ano de 1931 quando a Frente Negra Brasileira (FNB) é criada e torna-se a maior organização política dos negros brasileiros (o termo *movimento negro*, por exemplo, surge em 1934 nas páginas do jornal *A voz da raça*, órgão da FNB). Contemporaneamente, o ano de 1978 é considerado um marco na história desse movimento, com a formação do Movimento Negro Unificado (MNU). Estudando, portanto, o movimento negro brasileiro no século XX, o autor destaca a importância da imprensa negra, dos clubes e das associações, da educação como estratégia de valorização do negro, a trajetória de algumas personalidades (como Abdias do Nascimento), de algumas entidades de destaque (como o Teatro Experimental do Negro - TEN) etc. De qualquer modo, é a partir da década de 1970, com a criação do MNU que o movimento negro no Brasil adquire algumas características singulares, que permanecem até hoje, como a crítica a um discurso nacional hegemônico, a negação de qualquer tipo de assimilação, combatendo a ideologia da democracia racial, a reavaliação do papel do negro na história do Brasil e outras.

Finalizando seu trabalho, o autor estuda, ainda, as relações entre o movimento negro no Brasil contemporâneo e as influências externas, especialmente as norte-americanas (compara longamente, por exemplo, a imprensa negra norte-americana e a brasileira) (p. 149-167), mas também a de personalidades diversas

como Franz Fanon, Amílcar Cabral e outros. Muitas dessas influências são retiradas de entrevistas com personalidades do movimento negro contemporâneo, numa autêntica prática de história oral (p. 168-216). O autor, finalmente, expõe longamente considerações sobre as principais organizações do movimento negro contemporâneo no Brasil (p 217-323). Conclui afirmando que "conhecer a história do movimento negro brasileiro é conhecer aspectos da história do Brasil pouco conhecidos pelos brasileiros, o que, a meu ver, são importantes para informar a construção de um Brasil democrático, onde todos e todas tenham iguais oportunidades" (p. 327).

Seja como uma visão panorâmica do movimento negro no Brasil contemporâneo, seja como uma crítica abalizada às práticas discriminatórias ainda presentes em nossa sociedade, vale à pena ler e discutir o livro de Amílcar Araújo Pereira, destacando-o como uma singular contribuição à reflexão e à pesquisa acerca das questões étnico-raciais no contexto brasileiro.

Por:

Mauricio Pedro da Silva. Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação na Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: maurisol@gmail.com